



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0325757-6
AGRAVANTE : SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
AGRAVADO : JOSÉ NILDO ROSADO BEZERRA
ORÇÃO JULGADOR : 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR : DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS – FUNDAMENTOS DA DECISÃO ATACADA NÃO ENFRENTADOS – OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE – AGRAVO IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0325757-6, em que figuram como parte Agravante SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT e como parte Agravada JOSÉ NILDO ROSADO BEZERRA, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: “*À unanimidade de votos, negou-se provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator*”. Tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 17 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Cabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0325757-6
AGRAVANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
AGRAVADO: JOSÉ NILDO ROSADO BEZERRA
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental contra Decisão Terminativa (fls. 145/146) proferida por esta relatoria que converteu na modalidade retida o agravo de instrumento nº 0325757-6, intentado pela recorrente, por entender que a decisão prolatada pelo Juízo de piso não era passível de lhe causar lesão grave ou de difícil reparação, não se enquadrando, portanto, nas hipóteses legais que excepcionam a interposição do agravo de instrumento e determinando, por conseguinte, a remessa dos autos ao Juízo de origem para que fossem devidamente apensados aos autos principais.

Em suas razões, a AGRAVANTE, em apertada síntese, reitera as mesmas argumentações expendidas anteriormente, pugnando que a perícia seja realizada por órgão competente e que traduza igualdade entre as partes. Alternativamente, requer ainda que seja reduzido o valor arbitrado a título de honorários periciais.

Postula, assim, pela reforma integral da decisão terminativa, com a concessão do imediato efeito suspensivo e, acaso não seja reconsiderada, pela apresentação em Mesa de Julgamento, para que seja dado provimento ao seu recurso.

É o relatório.

Recife, 06 de Junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0325757-6
AGRAVANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT
AGRAVADO: JOSÉ NILDO ROSADO BEZERRA
ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Conheço do recurso ante o enunciado da atual Súmula nº 040 do TJPE: *“Cabe agravo interno de decisão do relator que converter agravo de instrumento em agravo retido”*.

Diante desse enfoque, o direcionamento da apreciação do tema neste momento restará concentrado na decisão recorrida, ou porque em nova abordagem a parte demonstre a necessidade de outra interpretação dos fatos que lhe seja mais favorável, ou porque elementos novos de prova recomendem a retratação pretendida. Entretanto, não apresentou a AGRAVANTE, nesta sede processual, qualquer elemento capaz de modificar a decisão combatida.

Ao primeiro exame, constato tratar-se de mera repetição dos argumentos que serviram de suporte ao Agravo de Instrumento, consistindo na insistência, por parte da AGRAVANTE, *“que a perícia venha a ser realizada por órgão competente e que traduza igualdade às partes, ou seja, pelo Instituto Médico Legal do estado de Pernambuco”*.

Na mesma direção, têm decidido o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais pátrios:

“As razões recursais devem atacar os fundamentos da decisão recorrida, sendo inepta a petição de recurso que apenas se reporta aos argumentos já expendidos em irrisignação anterior” (Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 27.840/7-RSm 4a Turma, Rei. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJU 15.2.1993, p. 1.690).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. RECURSO QUE NÃO ENFRENTA ESPECIFICAMENTE AS RAZÕES DE DECIDIR DO JUIZ. SIMPLES REPETIÇÃO DAS ALEGAÇÕES DA CONTESTAÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE (REGULARIDADE FORMAL - ARTIGO 514, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). RECURSO NÃO CONHECIDO. 514II CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (8163642 PR 816364-2 (Acórdão), Relator: Magnus Venicius Rox, Data de Julgamento: 15/02/2012, 16ª Câmara Cível)

Com efeito, analisando os elementos aqui apresentados em sede regimental, volto a me deparar com as mesmas premissas, os mesmos argumentos e a mesma situação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Carlos Patriota Malta

jurídica que acalentou a decisão inicial que converteu o Agravo de Instrumento em Agravo Retido. Portanto, não visualizo qualquer alegação nova dotada de força suficiente para levar à formação de convencimento contrário àquele aqui açoitado e, por conseguinte, para acolher a tese defendida pela AGRAVANTE.

Posto isto e sem mais necessidade de alongar o tema, invocando a fundamentação já lançada na decisão monocrática recorrida, eis que nenhuma circunstância nova acena como capaz de lhe alterar a essência, **VOTO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO TERMINATIVA QUE CONVERTEU O AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0325757-6 EM RETIDO, EM TODOS OS SEUS TERMOS POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.**

É COMO VOTO.

[Assinatura]
- *[Assinatura]*, 10/06/2014.
[Assinatura]